

O Papel da Organização e do Sujeito na Dinâmica de (Re)Construção da Identidade: uma Proposta Teórica

Autoria: Mônica Carvalho Alves Cappelle, Fernanda Pierangeli Fonseca, Adílio Renê Almeida Miranda

Resumo

As mudanças que permeiam as sociedades reordenam os valores dos indivíduos que, cada vez mais, deslocam para as empresas a responsabilidade de lhes dar uma referência identificatória. A identidade os ajuda a definirem quem são em relação a um dado sistema social. O processo de socialização pelo qual os indivíduos passam nas organizações influencia na dinâmica da identidade, possibilitando ou mesmo forçando sua reconstrução, mas sem eliminar de todo o papel dos indivíduos como sujeitos nesse processo. As transformações sociais dessa época podem proporcionar maior questionamento e reflexão por parte dos sujeitos, como também podem fazer com que eles se individualizem e se tornem conformados ao integrarem uma identidade coletiva forte. Porém, observa-se que, por mais que o discurso social seja totalitário, o sujeito nunca se tornará somente indivíduo e que, apesar de serem influenciados pelo processo de socialização organizacional, podem participar de forma mais ativa na construção de suas identidades.

1 Introdução

A fase de inquietações e questionamentos que vem passando a administração, no que se refere à gestão de pessoas e ao processo de socialização ao qual os indivíduos são submetidos, impõe novas reflexões acerca desses temas. Da mesma forma, também emergem questionamentos sobre os conceitos de indivíduo e sujeito e sobre a identidade dos indivíduos como um elemento importante nos contextos organizacionais, no papel de modeladoras das relações de trabalho e da qualidade de vida das pessoas.

A identidade, segundo Machado e Kopittke (2002), citado por Carneiro e Nepomuceno (2004, p.2) “*é um fenômeno que se processa ao longo da vida do indivíduo atuando como mecanismo regulador das interações sociais e da presença do outro na vida pessoal*”. A formação da identidade é um processo de interação social, construído e reconstruído ao longo do tempo. É algo que não nasce com o indivíduo e que se processa através da socialização, formando os indivíduos e definindo as instituições.

A socialização é definida por Motta (1993, p.73) como um “*processo global pelo qual um indivíduo, nascido com potencialidades comportamentais de espectro amplo, é levado a desenvolver um comportamento bem mais restrito, de acordo com padrões de seu grupo*”. Porém, no que se refere às organizações, o conceito vem sendo empregado em termos de doutrinação e treinamento e, sua aplicação pelas organizações se dá de várias formas: seleção; treinamento e sistemas de controles (MOTTA, 1993).

De acordo com Faria (1985), citado por Toledo e Bulgacov (2004, p.7), “*as organizações recorrem a um sistema de transmissão ideológica destinado a inculcar nos agentes as crenças que permitem que suas exigências tenham algum sentido*”. Para alguns, esse processo de socialização é poderoso ao ponto de não permitir resistências ou questionamentos. Para outros, ele é extremamente necessário para que os indivíduos possam alinhar os seus objetivos aos da organização em que trabalham e, dessa forma, atingir um nível de envolvimento total com os pressupostos organizacionais.

Porém, com este trabalho, procura-se defender a tese de que em um processo de socialização nunca haverá a dominação absoluta, pois, qualquer discurso social, por mais totalitário que seja, não tem a capacidade de reinar sobre as consciências e inconsciências do indivíduo, esse que terá sempre condições de demonstrar uma parcela de originalidade e de

autonomia. Isso permite compreender porque as organizações também são influenciadas por aqueles que nelas trabalham. Ou seja, a identidade organizacional, assim como a individual, também passa por transformações ao longo do tempo e essas mudanças são potencializadas pelo contato com as identidades de seus membros. Pelo menos daqueles que conseguem romper com a sua condição de indivíduo.

Os processos sociais nunca regulam e formatam completamente a conduta individual, pelo fato de que não se é somente indivíduo, mas também sujeito. O ser humano emerge como sujeito, no momento em que toma consciência de sua condição e assume a responsabilidade sobre seus atos. O seu papel passa a ser o de gerar conflito, lutar e negociar para transformar as relações sociais da realidade em que vive. Ressalta-se ainda que, em alguns momentos se age mais como indivíduo (incapaz de questionamento) e, em outros, como sujeito mais autônomo (que questiona a si e ao mundo).

Dentro desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo elaborar uma argumentação teórica que sustente a tese de que os sujeitos podem influenciar a mudança na identidade organizacional, a partir de suas próprias identidades, por serem capazes de participar ativamente na construção social da realidade. Apesar de serem muito influenciados pelo processo de socialização organizacional, os indivíduos, em alguns momentos, assumem o papel de sujeitos nesse processo e impingem a marca de suas identidades.

Na próxima parte, será apresentada a noção de indivíduo, de sujeito e se discutirá o seu papel na dinâmica social. Em seguida, serão discutidas as possibilidades de transformação da identidade social e organizacional presentes no confronto entre o processo de socialização e a dinâmica identitária dos indivíduos. Por fim, inserem-se as considerações finais, em que se apresenta uma agenda de pesquisa sobre a temática proposta.

2 A Noção de Sujeito e o seu Papel na Dinâmica Social

De acordo com Schinitman (1996), os estudos mais recentes das ciências sociais têm se focalizado na restituição da relação sujeito-objeto, sujeito-ecologia. Nos novos paradigmas de análise apontados pela autora, questionam-se as premissas e noções que orientaram a atividade científica até hoje, dando lugar a reflexões filosóficas sobre a ação social e sobre a subjetividade. Propõem-se a reflexão de como o ser humano emerge como *sujeito* e de como ele é participante de e participado pelos desenhos sociais.

Enriquez (1994) também acredita que se deve combater a tese do determinismo social, de acordo com a qual o papel do indivíduo é determinado por forças externas a ele próprio, sobre as quais ele não tem o poder de interferência. O autor defende que qualquer discurso social, por mais totalitário que seja, não tem a capacidade de reinar totalmente sobre as consciências e inconsciências do indivíduo e que, a partir do momento em que esse indivíduo demonstra sua parcela de originalidade e de autonomia, ele passa a ser também sujeito de suas próprias ações. Enriquez (1994) propõe o estabelecimento de diferenças entre o conceito de *indivíduo* e de *sujeito*, baseado na concepção de que os processos sociais nunca regulam completamente a conduta individual, a qual é provida de ambigüidade, ambivalência, contradição e, algumas vezes, é imprevisível.

Para Enriquez (1994), todo *indivíduo* nasce em uma sociedade que instaurou uma cultura. Assim sendo, ele só pode funcionar no interior de um social dado, o qual lhe dita, em parte, sua conduta. Ao invés de possuir *autonomia*, esse indivíduo é *heterônomo*: é conformado, só sabe repetir e reproduzir e, para existir, precisa idealizar a sociedade e assumir os pressupostos que ela propõe. Essa sociedade, por sua vez, também é heterônima, visto que não pensa a si mesmo como um produto da ação histórica e da atividade psíquica de seus membros. Esse tipo de sociedade tende a só produzir indivíduos heterônomos, conformados a seus votos e a seus ideais. Até mesmo o primado do individualismo no

pensamento contemporâneo não passa mais de um elemento do processo de massificação e de conformismo, pois, se cada um deve manifestar sua singularidade, deve fazê-lo porque todos os outros o estão fazendo. Enriquez (1994) denomina isso de individualização, processo em que o indivíduo conformado deve funcionar segundo comportamentos que agradem à sociedade.

Os indivíduos heterônimos precisam idealizar a sociedade e os ideais que ela propõe para existirem. Eles vivem sob a égide da doença do ideal, ou idealização. Enriquez (1994) atribui à idealização o papel de mecanismo central que permite à sociedade instaurar-se e manter-se, e a todo o indivíduo viver como um membro desse conjunto, correndo o mínimo possível de riscos. Ou seja, a idealização é um processo que ajuda a manter as estruturas objetivas e subjetivas dos campos sociais, em que o indivíduo renuncia ao pensamento, se desfaz de sua capacidade de liberdade e de produção de idéias para depositar seu destino nas mãos dos outros.

Contudo, nem as sociedades e nem o indivíduo humano são totalmente heterônomos, pois, por mais conformado com os imperativos sociais que o indivíduo esteja, ele sempre terá condições de demonstrar uma parcela de originalidade e de autonomia. De acordo com Enriquez (1994), por mais dominante que o discurso de uma sociedade seja, ele não reina totalmente sobre as consciências e os inconscientes.

O *indivíduo*, a partir do momento em que toma consciência de sua condição e assume a responsabilidade sobre seus atos, passa a ser considerado *sujeito*. Enriquez (1994) apresenta o *sujeito* como aquele que tenta sair tanto da clausura social quanto da clausura psíquica para se abrir ao mundo e para tentar transformá-lo. Tenta introduzir a mudança em si mesmo e nos outros. É um ser capaz. Essa inconformidade do *indivíduo*, representada em sua transformação em *sujeito*, torna ainda mais relevante e imprescindível o estudo da subjetividade humana para a compreensão da sociedade e das organizações.

O sujeito é denominado por Enriquez (1994, p.36) de “criador da história”, tal é a sua participação ativa na construção social da realidade. Ele não pode ser confundido com o “grande homem”, definido por Enriquez (1994) como um *indivíduo individualizado* que está preso à fantasia da dominação total a qual o leva a negar a alteridade do *outro*. Os criadores da história não são, necessariamente, os grandes homens da História¹, são sujeitos com aptidão à transgressão, que interrogam a normalidade e se dispõem a se lançarem no desconhecido para buscar a tomada de consciência.

Nesse contexto, o sujeito de Enriquez (1994) é capaz de criar redes alianças para apoiar sua causa e possui um olhar para o mundo como se o visse pela primeira vez: percebendo e analisando o diverso e o *outro*. Como idealizado por Foucault (1979), esse sujeito deve saber jogar os jogos de poder e entender que o exercício do poder está na vida cotidiana, nas negociações, no estabelecimento de objetivos e de alianças para alcançar esses objetivos.

Ao invés de idealizar a sociedade, os sujeitos possuem a necessidade de sublimação, entendida por Enriquez (1994), como a capacidade de aceitar sua parte de estranheza, de contradição e de remorsos, bem como sua parte de metamorfose e de êxtase. Poder se interrogar sobre si mesmo e considerar o *outro* como menos estranho.

Assim, o outro não é mais um ser a dominar, a domar, mas alguém com quem se pode tentar manter relações de reciprocidade, relações que podem se mostrar difíceis, conflituosas se necessário, mas que tendem a ser as mais simétricas possíveis (ENRIQUEZ, 1994, p.41).

O autor reconhece a possibilidade de conflito, mas defende a busca de simetria nas relações entre os diferentes. O papel do sujeito passa a ser o de gerar o conflito, lutar e negociar para transformar as relações sociais da realidade em que vive.

As noções de *indivíduo* e *sujeito* também são exploradas por Morin (1996) e, de certa forma, se aproximam da visão de Enriquez (1994). Para Morin (1996), a noção de *indivíduo* pode ser entendida por meio da relação espécie-indivíduo: num processo recursivo, os indivíduos em interação produzem a sociedade e a sociedade produz indivíduos. Os indivíduos são partes de uma determinada espécie. Essa concepção revela a visão do *indivíduo* formando uma massa generalizada e indiferenciada, a qual configura a espécie. Já o *sujeito* é concebido pelo autor como um ser ativo, conhecedor, realizador e protetor de si mesmo diante do ambiente externo. Como sujeito, coloco-me no centro do meu mundo, do mundo que conheço, para tratá-lo, para considerá-lo, para realizar todas as ações de salvaguarda, de proteção, de defesa, etc. Aqui é onde aparece o sujeito (MORIN, 1996, p.49).

Nessa noção de sujeito apresentada por Morin (1996), observa-se a relação paradoxal de dependência e autonomia do sujeito, a qual marca sua existência: ele depende do ambiente externo para garantir sua autonomia.

A compreensão e a apreensão do *sujeito*, para Morin (1996), devem incluir determinados princípios: 1) o *princípio da identidade*, subdividido em duas partes (a diferença e a equivalência); e 2) os *princípios da inclusão e exclusão*. O *princípio da identidade* se expõe na diferença entre o “Eu” e o “Eu Mesmo”. O “Eu Mesmo” é uma objetivação do “Eu”. Explicando melhor, o “Eu” consiste no puro surgimento do sujeito, na unidade entre sujeito e indivíduo que são indissociáveis (ENRIQUEZ, 1994; MORIN, 1996). Mas, para se reconhecer, o “Eu” precisa se objetivar, se ver como um objeto passível de explicação. Assim, ele se reconhece como “Eu Mesmo”, ele se identifica com alguma das identidades disponíveis no contexto social em que vive.

A primeira subdivisão do *princípio da identidade* é a *diferença*, isso é, para referir-se a si mesmo, o “Eu” precisa referir-se ao mundo externo e, para se referir ao mundo externo, ele precisa se diferenciar daquilo com o que ele não se identificaⁱⁱ. Essa distinção entre o que é ou não valorizado pelo “Eu” é a constituição da identidade subjetiva.

A segunda subdivisão do *princípio da identidade* é a *equivalência*. Pela equivalência, verifica-se que, apesar das diversas transformações por que passa identidade (o “Eu Mesmo”), o “Eu” (o sujeito somado ao indivíduo) permanece invariável. O “Eu” abarca todas as variações do “Eu Mesmo”, estabelecendo uma certa continuidade em seu processo de construção da identidade (MORIN, 1996).

Os *princípios de exclusão e inclusão*, por sua vez, estão relacionados ao processo de objetivação do “Eu” em “Eu Mesmo” (identificação). A *exclusão* envolve o fato de que o sujeito é único e singular mesmo inserido em um determinado meio social. Assim, Morin (1996, p.50) postula que “qualquer um pode dizer ‘eu’, mas ninguém pode dizê-lo por mim”. Por outro lado, o *princípio da inclusão* torna possível a integração de uma subjetividade individual a uma subjetividade mais coletiva, o “Nós”, ou seja, é possível a um sujeito se integrar a e se identificar com outros sujeitos diferentes dele.

Diante da *exclusão* e da *inclusão*, Morin (1996) afirma que o sujeito pode oscilar entre o egocentrismo absoluto, importando-se apenas com os interesses pessoais (predomínio da exclusão); ou a abnegação total e o sacrifício pessoal (predomínio da inclusão), como ao abrir mão de seus interesses em defesa da pátria, por exemplo. Contudo, Enriquez (1994) defende que, apesar de criar suas redes de alianças e se integrar a uma subjetividade coletiva, o sujeito deve saber que se encontra sozinho. Ele não pode jamais estar colado a uma organização, a um Estado ou a uma identidade coletiva. Caso contrário, ele corre o risco de aprisionar-se nessa identidade pela idealização.

O conceito de sujeito em Enriquez (1994) exalta a reflexão e o questionamento na tentativa de transformação da realidade, já o sujeito, para Morin (1996), busca a proteção de si mesmo diante do ambiente externo. Essa busca por uma identificação como forma de proteção é característica do período da Modernidade Tardia (Hall, 1999) que, para Enriquez

(1994), é o momento em que se perdem os marcos identificatórios, as identidades pessoais começam a se deteriorar e as sociedades tentam redefinir identidades coletivas fortes.

O sujeito, então, na tentativa de se salvaguardar, pode cair na armadilha da idealização ao se juntar a uma dessas identidades coletivas fortes. Com isso, ele recusa o fato de que é produto de identificações múltiplas, de que pode ter marcos identificatórios mutáveis ao longo de sua vida e de que, graças a esse jogo identificatório, pode escapar à pré-formação desejada pela sociedade e não se tornar um indivíduo totalmente heterônomo.

Assim, ao mesmo tempo em que as transformações sociais dessa época podem proporcionar maior questionamento e reflexão por parte dos sujeitos, também podem fazer com que eles se individualizem e se tornem conformados ao integrarem uma identidade coletiva forte, voltando à heteronomia. Quanto mais a identidade coletiva existe, menos o questionamento é possível e menos os indivíduos possam tentar aceder à autonomia. Os indivíduos têm maior facilidade para aderir a culturas fortes e coesas de organizações como as militares ou religiosas, por exemplo, e, quando isso ocorre, eles não suportam o menor desvio da parte de outros que compartilham a mesma cultura, comportando-se de forma heterônima.

Para Collinson (1992), os sujeitos buscam assegurar uma identidade como forma de garantirem sua segurança, como uma autodefesa diante das assimetrias de poder nos espaços sociais em que estão imersos, inclusive no trabalho. Nesse contexto, Morin (1996) afirma que o “Eu” toma consciência de si mesmo ao se objetivar, mas essa consciência por meio da objetivação deve visar ao reconhecimento da sua própria subjetividade, num processo recursivo de objetivação subjetiva (MORIN, 1996). A reflexão acerca de si mesmo, assim como defende Enriquez (1994), é o que transforma o *indivíduo* em um *sujeito* que reconhece e avalia suas próprias experiências.

3 A Socialização e a Dinâmica Identitária: Possibilidades de Transformação da Realidade

Da mesma maneira que o indivíduo totalmente heterônomo não existe, também o sujeito inteiramente autônomo não existe. Cada um é, em certos momentos, mais indivíduo, incapaz de se questionar, e, em outros, um sujeito mais autônomo, que questiona a si mesmo e ao mundo. Entretanto, talvez seja, ao atingir a consciência de suas impossibilidades, que o sujeito possa não se deixar prender nas ilusões que o social difunde e das quais o ser humano é particularmente ávido (ENRIQUEZ, 1994).

Ao entender os diversos processos de socialização por que passa e a dinâmica identitária que vivencia ao longo de sua existência, esse sujeito pode ser capaz de se transcender, participando ativamente da transformação da realidade em que se insere. Isso ocorre pois, com base em Levy (2001), nenhum processo de socialização é total. Assim, nunca haverá a dominação absoluta, pois nenhuma dominação consegue reduzir a experiência dos atores sociais a papéis impostos.

Levy (2001) acredita no estudo dos processos de subjetivação, mediante os quais cada ator social, individual ou coletivo, pode se engajar, pela interpretação e a explicação de suas próprias condutas, distanciando-se de si para se tornarem sujeitos, se re-humanizando.

Mas o que envolve os processos de socialização pelos quais passam os indivíduos ao longo de sua vida? Berger e Luckmann (1966) postulam que o indivíduo não nasce membro de uma sociedade. Ele nasce com predisposição para a sociabilidade e torna-se seu membro por um processo de interiorização, que envolve a apreensão ou interpretação do mundo em que vive, tornando esse mundo o seu próprio mundo. O processo pelo qual a interiorização ocorre é a socialização. A socialização é definida por Berger e Luckmann (1966) como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária envolve qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores de sua sociedade. Para ambos os tipos de socialização, a interiorização só se realiza quando há identificação. No caso da socialização primária, a criança interioriza os papéis e as atitudes dos outros significativos, tornando-os seus. Por meio dessa identificação, a criança se torna capaz de identificar a si mesma e de ser identificada pelos outros. Berger e Luckmann (1966) denominam esse processo de dialética entre a identidade objetivamente atribuída pelos outros e a identidade subjetivamente apropriada pela criança (auto-identificação). Ou seja, para os autores, a apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são dois aspectos do mesmo processo de interiorização, da tentativa de um indivíduo em tornar-se membro de uma sociedade.

Marodin (1997) defende que, a partir do nascimento, a família é uma fonte fundamental de transmissão de normas e valores da cultura. As famílias de uma determinada comunidade, além de receberem influências dos fatores internos, ou seja, das pessoas que a compõem, recebem também influências de fatores externos. Esses fatores externos são os grupos mais amplos com os quais essa família convive: a escola, a igreja, a comunidade, as organizações, o Estado, o país, etc. Assim, é de se esperar que famílias de uma mesma comunidade que convivam em um mesmo período de tempo adotem comportamentos similares e criem seus filhos e filhas de acordo com normas e valores previamente estabelecidos e aceitos pela comunidade em que estão inseridos.

Berger e Luckmann (1996) ressaltam que a interiorização da sociedade, da identidade e da realidade não se faz de uma vez para sempre, pois a socialização nunca é total e jamais estará acabada. Após a socialização primária, o indivíduo ainda passará na vida por sucessivos processos de socialização secundária, que envolvem a aquisição do conhecimento de funções específicas, normalmente, ligadas à divisão do trabalho. Na socialização primária, os problemas de identificação são reduzidos, porque, para o indivíduo, não há muitos significativos à disposição para sua escolha. A socialização secundária, por outro lado, não pressupõe um alto grau de identificação, porque ela é um processo precedente da socialização primária e trata com uma identidade já formada que já tem um mundo interiorizado. Contudo, a socialização secundária será mais efetiva se não for de encontro ao processo de socialização primária por que passou o indivíduo, pois, de acordo com Sansalieu (1997), a escolha da formação ou do emprego pode ser resultado de um percurso evolutivo ancorado em experiências passadas e das oportunidades do mercado de trabalho presente e futuro.

Segundo Carneiro e Nepomuceno (2004), a identidade é o resultado do jogo das relações envolvidas nas experiências de luta e conflito vivenciadas pelo indivíduo. E a identidade organizacional é fruto da identidade do indivíduo que, de acordo com Brown (1997), citado por Vilaça e Júnior (2004, p.2), “*se manifesta mediante as ações dos indivíduos como organização quanto eles incorporam valores, crenças e metas da coletividade*”.

Caldas e Wood Júnior (1999), citado por Vilaça e Drummond Júnior (2004, p.4), se baseiam para conceituar identidade organizacional como: “*crenças partilhadas pelos membros sobre o que é: (a) central (essência da organização), (b) distintivo (elementos que distinguem uma organização das outras) e, (c) duradouro na organização (características estáveis no tempo)*”. Esses três critérios em conjunto, são suficientes para definir o que seja a identidade organizacional.

Para Dubar (1997), a identidade humana não nasce com o indivíduo. Ela é construída, primeiramente, em sua infância, e reconstrói-se sempre, ao longo da vida. Trata-se, portanto, do resultado, ao mesmo tempo estável e provisório, dos diversos e sucessivos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições. A construção da identidade depende do julgamento dos outros e também das próprias

orientações e autodefinições do indivíduo. Ciampa (2001) apresenta a identidade como metamorfose, uma eterna busca de unidade entre o igual e o diferente. Uma articulação de várias personagens, de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por, uma história pessoal.

Essas personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens.

Enquanto atores, estamos sempre em busca de nossas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica (CIAMPA, 2001, p.157).

Para Ciampa (2001), essa busca constante por personagens - no caso, por momentos da identidade - só termina quando termina a vida. Esse movimento é determinado pelas condições históricas, sociais e materiais dadas.

Ao apresentar o conceito de dualidade no social, Dubar (1997) defende que a identidade apresenta-se em duas frações: a identidade para si e a identidade para o outro, as quais são indissociáveis, pois a identidade para si encontra-se diretamente relacionada ao outro, ou seja, nós sabemos quem somos somente pelo olhar do outro. Logo, a análise da identidade, para o autor, dependerá:

- 1) da identidade para o outro: processo relacional estabelecido pelo indivíduo com os outros, identidade atribuída ou identificação com instituições julgadas estruturantes ou legítimas. É o que se diz que você é;
- 2) da identidade para si: processo biográfico por meio do qual o indivíduo diz quem é, identidade reivindicada, herdada ou visada ou identificação com categorias julgadas atrativas ou protetoras. É o que você diz que é.

Uma outra abordagem sobre a identidade que merece consideração diz respeito à teoria da identidade social, enfocada por Ely (1994), por meio da qual é postulada como um de seus axiomas básicos a necessidade humana de manutenção de elevado grau de auto-estima. As pessoas formam a sua identidade pessoal mediante de um processo de autocategorização, pelo qual classificam a si e aos outros em categorias sociais, utilizando características como idade, raça e gênero. Assim, pode-se falar de um processo de construção da identidade social e organizacional.

Por exemplo, no passado, as pessoas costumavam interpretar os papéis sociais que lhes eram exigidos em sua posição e havia um número reduzido e limitado de roteiros disponíveis para serem seguidos. De acordo com Pahl (1997), as mulheres tinham seu mundo social e seus valores sociais confirmados e reforçados por outras mulheres, limitados ao mundo doméstico. Havia uma separação extremada entre as esferas pública e privada, às quais, respectivamente, se relacionavam homens e mulheres.

Atualmente, essa separação extremada entre as esferas tem se atenuado bastante e tem gerado ambigüidade, tensão e ansiedade na (re)configuração identitária de homens e mulheres. Ou seja, a construção de uma identidade profissional acaba transformando as outras identidades sociais que a pessoa possui, num processo conhecido como criação da auto-identidade (CRAMER *et al*, 2004).

Pahl (1997) defende que a criação da auto-identidade é problemática e acontece após um processo interminável de reflexão e tomadas de decisão na vida. Além disso, atualmente, há inúmeros papéis disponíveis, dependendo da posição do indivíduo na vida ou da natureza de seu emprego e, por esse motivo, homens e mulheres podem alterar sua identidade de gênero ou mesmo sua orientação sexual de um modo impressionante. Por isso, faz-se

necessário que sejam forjadas novas identidades que dêem conta da grande quantidade de empregos e profissões que os indivíduos exercem e dos diversos parceiros com os quais se relacionam ao longo da vida. O forjamento dessas novas identidades se faz necessário como forma de os indivíduos voltarem a se reconhecer nos outros, de se reencontrarem como seres sociais.

Percebe-se um momento em que transformações da realidade subjetiva se mostram iminentes, no que se refere à questão de gênero. De acordo como Berger e Luckmann (1966), essas transformações só ocorrem quando a realidade subjetiva interiorizada é socialmente desafiada. E assim, novas identidades profissionais e sociais têm sido buscadas.

Entretanto, há entraves para a transformação dessa realidade que estão relacionados à intensificação e reforço dos processos de socialização. Em alguns casos específicos, como nas organizações militares, por exemplo, são criadas técnicas especiais para produzir uma identificação mais rígida e confiável entre os policiais e a organização, porque o grau de compromisso com a profissão militar exigido dos policiais é muito alto em função das tarefas atribuídas a eles concernentes à preservação da segurança pública (BERGER e LUCKMANN, 1966). Essas técnicas destinam-se a intensificar a carga afetiva do processo de socialização para que o iniciado se entregue quase inteiramente à realidade que está interiorizando.

Situações de crise na realidade, contudo, dificultam a confirmação da realidade dominante e implicam a possibilidade de a realidade subjetiva ser transformada. Para tanto, é necessária a existência de um campo social propício à mudança em que se comece a trabalhar a re-socialização de seus membros e a legitimação da nova realidade. Também há a necessidade de uma consciência geral cada vez maior da relatividade de todos os mundos, ou seja, o indivíduo deve tomar consciência do caráter dinâmico de suas identidades e de seu papel nesse processo de metamorfose de si mesmo e, conseqüentemente, da realidade em que vive. Com isso, ele passa a atuar como sujeito.

Berger e Luckmann (1966) sustentam que, em uma sociedade com mundos discrepantes tão acessíveis como a atual, são típicas as situações de transformação. A compreensão dessas situações dependerá da relação entre o contexto sócio-estrutural em que se dá a divisão social do trabalho e da distribuição social do conhecimento entre os indivíduos que lhes dê subsídio para refletirem sobre e potencializarem a transformação. Nesse caso, a identidade é um elemento-chave na compreensão da realidade subjetiva, visto que é formada por processos sociais e também são produzidas pela interação do organismo com a consciência individual, o que a permite reagir sobre a estrutura social, mantendo-a, modificando-a ou remodelando-a.

Na noção de identidade proposta por Ciampa (2001), reconhece-se a transformação como um processo inerente a qualquer ser humano, alguns à custa de muito trabalho, outros mais facilmente. Para Ciampa (2001), o grau de liberdade que um indivíduo tem para escolher (e ser escolhido por) uma personagem, ou identidade, tem relação direta com a quantidade de poder a que a personagem dá acesso. Tem relação também com a consciência. Para ele, a questão da metamorfose implica reciprocidade à da consciência e a da não-metamorfose implica o inconsciente, a compulsão à repetição. Assim como Enriquez (1994) e Morin (1996), Ciampa (2001) também reconhece que a transformação total do indivíduo em sujeito, o que ele chama de "*o devir do homem-sujeito*" (p.182), é impossível, visto que uma identidade concretiza uma política e dá corpo a uma ideologia. Contudo, o autor acredita na invencibilidade da substância humana, ou seja, na possibilidade de mudanças significativas e qualitativas na identidade no sentido de transformar um indivíduo em sujeito.

É o que se percebe no caso pesquisado por Brito (2004) com enfermeiras-gerente em hospitais privados de Belo Horizonte. A autora estudou a dinâmica identitária de enfermeiras-gerente no exercício de práticas gerenciais no contexto de novos modelos de gestão dos hospitais. Como resultado, a autora percebeu a forte inter-relação entre identidade

profissional, identidade pessoal e identidade de gênero e verificou também como uma transformação da realidade profissional de uma mulher pode modificar a maneira como ela é vista e aceita por si mesma e pelos outros. Pois, conforme diz Ciampa (2001, p.186), “à medida que vão ocorrendo transformações na identidade, concomitantemente ocorrem transformações na consciência (tanto quanto na atividade)”.

Ciampa (2001) avança ainda mais ao dizer que a metamorfose da identidade humana pode levar à metamorfose das organizações e instituições. Pois, em sua origem, uma organização ou uma instituição deve ser uma solução para um problema humano. Se o interesse dessa organização não mais convergir com o interesse da razão humana, ela se torna irracional para a humanidade e não mais é legitimada. Nesse sentido, o autor vê a identidade, além de uma questão científica, como uma questão política e, como tal, envolve o posicionamento dos indivíduos diante da realidade em que vivem.

Alguns preferem continuar vivos na sua mesmice, para servir de pasto à rapina. Outros encontraram seus esconderijos onde as águias não os alcançam. Mas há aqueles que acham que uma vida que merece ser vivida não é nem a da carniça, nem a da caça que se esconde. Querem deixar de estar acorrentados, libertar-se dos grilhões, da opressão; querem matar a águia no seu desespero, acabar com a rapinagem. Talvez nem mesmo matá-la precisariam; bastaria inverter a prisão, acorrentar a ave e colocá-la a serviço do homem (CIAMPA, 2001, p.237).

Aqui, cabe ressaltar que o corte realizado por Enriquez (1994) entre os conceitos de indivíduo e sujeito é muito artificial, como o próprio autor sugere em seu trabalho. Assim, considera-se que não existam, na realidade, indivíduos, no sentido estrito proposto pelo autor, e que os sujeitos podem ser ativos ou passivos dependendo das infinitas possibilidades que se apresentam para eles em diversos momentos de suas vidas. A própria escolha por um comportamento passivo já pode ser uma evidência de que o sujeito optou por adotar esse tipo de comportamento. Logo, o papel do sujeito na dinâmica social envolve tanto momentos de atividade e de reflexão, como momentos de passividade e conformidade.

Diante do apresentado, em relação ao ambiente político e público, percebe-se a necessidade de se adotar posturas de análise contingenciais, localizadas, de acordo com cada situação, cada tipo de organização, cada tipo de grupo social.

Mostra-se importante avançar no sentido de tentar compreender o que está sendo construído pela sociedade atual acerca do papel das organizações na vida das pessoas e sobre o papel das pessoas nas organizações, que avanços já podem ser encontrados, que mudanças ocorreram nos grupos, nas organizações, nas sociedades, no governo. Também sob o mesmo prisma, tentar verificar em alguns setores e culturas mais tradicionais os motivos pelos quais os avanços não têm ocorrido.

4 Considerações Finais

As reflexões apresentadas, baseadas em conceitos sobre socialização, identidade e, indivíduo e sujeito, mostram que apesar da socialização ser defendida algumas vezes como um processo que ‘deforma’ e ‘formata’ o indivíduo, em relação aos seus laços culturais e geográficos, para criar uma personalidade nova, impregnada do espírito e das normas da empresa (Caldas, 1999; Páges, 1987, citado por Toledo e Bulgacov, 2004), esse processo se realiza durante toda a vida do indivíduo e, as organizações, por mais que sejam totalitárias as suas ações, não moldam totalmente o indivíduo, uma vez que esse pode passar a agir como sujeito dotado de originalidade, criatividade e autonomia e, participante ativo do processo.

Essa formação e transformação do sujeito humano, ou do ‘vir-a-ser sujeito’, é algo que torna o ser humano único, exclusivo, original, sem cópia e insubstituível, é o que o difere do

indivíduo. A metamorfose da identidade humana pode levar à metamorfose das organizações e instituições, uma vez que, a identidade reflete como os indivíduos entendem a organização da qual fazem parte, ela define quem somos em relação ao sistema social, é um fator influenciador nas identidades organizacionais.

Conforme observado, é através da socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua identidade e ser admitido na sociedade. É um processo contínuo que nunca se dá por terminado, iniciado na infância e na adolescência – socialização primária, seguida por sucessivos processos de socialização secundária - processo de adaptação a novas situações ocorridas na fase adulta. Ressalta-se ainda que, a socialização organizacional baseada em sistemas de controles rígidos, pode ser responsável por originar resistências, quando, ao se tentar fazer o indivíduo negar sua identidade anterior, pode-se, ao contrário, fortalecer essa identidade no sentido de fazê-lo tentar mudar também a organização. Finalmente, conclui-se que, apesar da importância do processo de socialização na internalização da cultura organizacional, a socialização organizacional por mais totalitária e rígida que seja, não ‘formata’ totalmente o indivíduo, quando ele consegue se expressar ao mesmo tempo como *sujeito e indivíduo* de suas ações.

Por meio deste artigo, propõe-se, sem esgotar o tema, bases teóricas para que trabalhos sobre a (re)construção de identidades sejam elaborados. O tema se mostra bastante diversificado com relação a área para pesquisas e, além disso, procura trazer um novo olhar, uma perspectiva mais dinâmica, para os processos de construção e reconstrução de identidades nas organizações. Trabalhos sobre identidade apresentam um campo amplo de estudo, quando se objetiva analisar, por exemplo, o impacto que aquisições ou fusões provocam nas identidades dos indivíduos; os processos de socialização organizacional que internalizam nos seus colaboradores uma cultura, modificando assim a identidade desses; a identidade feminina como fator de mudança nas identidades organizacionais de empresas que possuem um caráter masculinizado; entre outros que justificam a importância acerca do tema.

Deve-se considerar, contudo, as especificidades organizacionais e os contextos histórico-culturais ao se realizar esse tipo de análise. Isso acontece porque alguns tipos de organizações possuem políticas mais abertas para que seus membros exercitem sua capacidade de reflexão e mais apoiadoras no sentido de permitir e favorecer o seu empoderamento. Por exemplo, organizações mais participativas ou de caráter mais coletivista/cooperativo, como associações de grupos profissionais específicos, ou cooperativas, devem apresentar um contexto mais favorável para que seus membros possam agir como sujeitos. Na verdade, o propósito fundamental ou orientador desse tipo de organização deveria ser o fortalecimento de seus associados ou cooperados. Já no caso de outros tipos de organização de caráter mais estratégico, agressivo ou competitivo em termos de mercado global podem não ser aquelas mais propícias para que os seus empregados se manifestem como sujeitos. Pois o sujeito tem aptidão à transgressão, interroga a normalidade e busca a tomada de consciência. Esse sujeito percebe e analisa o outro, se envolve com ele, sem, contudo, abrir mão de sua causa.

Referências Bibliográficas

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1966. 247p.

BRITO, M. J. M. **A configuração identitária da enfermeira no contexto das práticas de gestão em hospitais privados de Belo Horizonte.** 2004. 393p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2004.

- BROWN, A. D. **Narcissism, identity and legitimacy.** Academy of Management Review, v.22, n.3, p.643-686, 1997.
- CALDAS, M. P. A passagem do pica-pau: análise da socialização de *trainees* como rito de passagem: In.: CALDAS, M. P.; WOOD JR. (Orgs.). **Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira.** São Paulo: Atlas, 1999.
- CARNEIRO, C.; NEPOMUCENO, L. H. Dimensões esquecidas da identidade do trabalhador e conflitos organizacionais: um estudo de caso em uma empresa de médio porte no setor de saúde. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...Curitiba: ENANPAD, 2004.**
- CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- COLLINSON, D. L. **Managing the shopfloor: subjectivity, masculinity and workplace culture.** Berlin: Walter de Gruyter, 1992.
- CRAMER, L.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. **Relações de gênero no espaço organizacional.** Lavras: UFLA, 2004. 153p.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Portugal: Porto Editora, 1997.
- ELY, R. J. **The Effect of Organizational Demographics and Social Identity on Relationships Among Professional Women.** Administrative Science Quarterly. v.39, 1994.
- ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: MACHADO, M.; CASTRO, E.; ARAÚJO, J. N.; ROEDEL, S. (Org.). **Psicossociologia: análise social e intervenção.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- FARIA, J. H. de. **O autoritarismo nas organizações.** Curitiba: Criar Edições/FAL, 1985.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295p.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 102p.
- LEVY, A. **Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise do sentido.** Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001. 224p.
- MACHADO, H. V.; KOPITTKE, B. A identidade no contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo: In.: **Anais do II Encontro de Estudos Organizacionais.** Recife. 2002. 1CD.
- MORIN, E. A noção de sujeito. In.: SCHNITMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.45-55.
- MOTTA, F. C. P. **Controle social nas organizações.** Revista de Administração de Empresas – RAE Revisitada, São Paulo, set./out. 1993.
- PÁGES, M. **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos.** São Paulo: Atlas, 1987.
- PAHL, R. **Depois do sucesso – ansiedade e identidade *fin-de-siècle*.** São Paulo: UNESP, 1997.
- SAINSAULIEU, R. **Sociologia da empresa.** Organização, cultura e desenvolvimento. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 530p. Título original: Sociologie de L'entreprise.

SCHINITMAN, D. F. Introdução: ciência, cultura e subjetividade. In.: SCHINITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.8-21.

TOLEDO, S.; BULGACOV, Y. Cultura organizacional e identidade: implicações dos ritos de passagem na identidade de jovens executivos *trainees* em uma organização multinacional. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ENANPAD, 2004.

VILAÇA, W. P. T.; DRUMMOND JÚNIOR, A. Construções e desconstruções identitárias de um corpo gerencial em um processo de aquisição. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ENANPAD, 2004.

ⁱ A “história” com inicial minúscula se refere à realidade cotidiana da sociedade, interpretada e construída por quem a vive. A “História” com inicial maiúscula faz menção à História oficial das sociedades, contadas nos livros e estudada nas escolas.

ⁱⁱ Para exprimir essa diferença, Morin (1996) emprega a definição de “si” e “não-si” (*self* e *no-self*), usados na Medicina e na Psicanálise. O “si” (*self*) corresponde a tudo aquilo que é interno, salvaguardado, absorvido, assimilado e valorizado pelo “Eu”, enquanto o “não-si” (*no-self*) reflete o externo, o rechaçado, o eliminado, aquilo que não tem valor para o “Eu”, ou que é diferente.